

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: *113*

Data: *03.04.85*

Pg.: \_\_\_\_\_

(*Lucio Flavio Pinto*)

*4468*

## Garimpos e Índios

**D**e cada 45 mil cruzeiros pagos aos garimpeiros pela grama do ouro adquirido em Cumaru, 7.650 cruzeiros são retidos pela Caixa Econômica Federal (que exerce o monopólio de compra), 4.500 cruzeiros são pagos de Imposto Único sobre Minerais e 450 cruzeiros vão para os índios, proprietários do solo. Sobram, portanto, 32.400 cruzeiros líquidos para o garimpeiro.

No ano passado o Cumaru produziu seis toneladas de ouro, superado apenas pelos garimpos do Tapajós (8,2 toneladas) e bem acima de Serra Pelada (que, paralisada, produziu apenas 2,6 toneladas). A receita foi de 110 bilhões de cruzeiros (a preços de hoje, seriam 270 bilhões de cruzeiros). A Caixa ficou com 18 bilhões, a receita de IUM atingiu 1,1 bilhão e os Kayapós receberam 110 milhões de cruzeiros.

Se a renda do garimpo fosse dividida equanimemente (o que não ocorre, evidentemente), cada garimpeiro teria faturado, no ano passado, entre nove e 10 milhões de cruzeiros. Como rendimento assalariado, colocaria cada garimpeiro em faixa ao redor de sete salários mínimos por mês. Não recompensa a dureza do trabalho realizado, mas teria coerência com a qualificação dessa mão-de-obra. Isto sem considerar os aspectos negativos da atividade de garimpagem, sem amparo previdenciário, médico e social.

Vista pelo ângulo de unidades autônomas de produção, a renda dificilmente pode ser considerada um bom negócio. Se, no entanto, estão funcionando no Cumaru mais de mil máquinas "chupadeiras", é porque a relação capitalista-garimpeiro criou uma outra estrutura de produção, que permite a concentração de ganhos nas mãos do dono do capital aplicado, enquanto a conta dos salários é achatada. Logo, não se trataria, a rigor, de garimpagem, mas de uma orga-

nização capitalista da produção mal disfarçada, uma empresa não constituída formalmente, mas funcionando de fato, na oportuna informalidade.

O imposto também não tem sido uma resposta adequada ao poder público. Se o garimpo oferece vantagens na relação capital-trabalho, se é um negócio mais democrático (democracia proporcionada pela alta taxa de retorno, causa, também, de sua flagrante característica especulativa), por outro lado facilita a evasão tributária.

Responsável por 61% da produção nacional de ouro no ano passado, ainda assim o Pará só arrecadou 2,97% do IUM recolhido. Naturalmente, isso ocorre porque os produtos minerais extraídos no Estado destinam-se à exportação e porque 80% do produto mineral interno se baseia no ouro — que tem uma alíquota de IUM muito baixa.

Estes números mostram que o Estado deve continuar lutando para modificar a legislação do IUM, tanto para reformular as alíquotas como as bases de cálculo. Certo, porém, de que a melhor remuneração encontra-se não na mineração, mas no beneficiamento dos bens naturais. isto é: na indução de efeitos marginais a partir da mineração e não tentando o melhor rendimento através de taxa-ção tributária.

Para os índios, a questão posta pelo garimpo não é menos complicada, porque não se reduz a dinheiro. Eles têm vários motivos para reclamar da parte que lhes cabe no bolo e deverão fazer suas reivindicações no encontro que se realizará hoje, no garimpo de Maria Bonita. Tanto podem pedir a elevação da alíquota (fala-se de um até 10%), como exigir que todos os garimpos paguem o "royalty".

**P**retender enganar os índios com bombons ou apito é esquecer que eles ou-

vem todos os dias o noticiário da Rádio Nacional e, quando possível, televisão, ou lêem jornais, viajam, conversam, trocam idéias. Até possuem representante no parlamento (embora os Kayaby não tenham poupado Mário Juruna de recente constrangimento em Mato Grosso). É o produto não desejável, para os brancos, da aculturação que eles defendem olhando apenas outros ângulos, estes menos favoráveis aos próprios índios.

Transformá-los em intermediários comerciais da produção de ouro poderá impor-lhes um elevado risco de desagregação tribal e étnica. Os Kayapó do Kikretum, ao norte, têm sofrido mais intensamente as conseqüências nocivas dessa função. Garantir aos índios o pleno direito do exercício da mineração no interior de suas reservas também ainda é algo distante das possibilidades reais. Menos possível ainda é ignorar os garimpos: há seis ao norte (além de dois bem próximos da divisa), um a nordeste e quatro a leste, todos avançando para o interior de uma reserva ainda não demarcada.

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, precipitou o atual conflito ao recusar-se a assinar o termo aditivo do convênio que permitiu à Caixa pagar o "royalty". A razão oficial para a recusa ainda não foi revelada. Em fim de mandato, Marabuto teria verificado a inconstitucionalidade da permissão para a mineração dentro de área indígena. Pode ter sido apenas o desejo de não se comprometer. Mas possibilitou, embora de maneira conflituosa, a revisão de uma situação insustentável por mais tempo. Pode não ser o momento mais oportuno, com a baixa do preço do ouro e a alta do contrabando. Mas a história nem sempre seleciona os momentos. Só se espera que este seja vencido sem o aval constante nessas circunstâncias: o sangue.